



5/2016

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
MÉRTOLA, REALIZADA EM 16 DE
DEZEMBRO DE 2016 -----**

Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mértola, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra "P", em número de 22, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pelo ofício-circular nº 16 e edital nº 5, ambos de 7 de dezembro de 2016. -----

	PF
Mário Avelino da Silva Martins	P
Maria Isabel Valente da Encarnação Vicente	P
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Virgílio António Martins Lopes	P
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	P
Maria Sebastiana Miguel Machado Soares Romana	P
José Francisco Neto	P
Jorge José Horta Revez	P
Maria Otília Colaço Alves Raposo	P
Joaquim Silvestre da Costa Cardeira	P
Maria do Céu das Neves Alinho Pinto de Andrade	P
Mariana Ricardina Costa	P
Maria Virgínia Martins Valente	P
Mário José Eugénio	P
António José Ramos da Silva	P
Maria Elvira Braz Lourenço – Pres. Junta Freguesia Alcaria Ruiva	P
João Xavier da Costa Venâncio – Pres. Junta Freguesia Corte do Pinto	P
Cláudia Isabel da Luz Arsénio – Pres. Junta Freguesia Espírito Santo	P
M ^a Fernanda Romba Adanjo Silva Martins – Pres. Junta Freguesia de Mértola	P
Manuel Parreira Leandro – Pres. Junta Freguesia Santana de Cambas	P
José Francisco Gomes Candeias – Pres. Junta Freg. S. João dos Caldeireiros	P
António José Alves Peleija – Pres. União de Freguesias de S. Mig. Pinheiro, S. Pedro Sólis, S. Sebastião Carros	P

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----
 Presidente – Mário Avelino da Silva Martins; -----
 1º Secretário – Manuel Joaquim de Jesus Pereira. -----
 1º Secretário – Maria Otília Colaço Alves Raposo. -----

ABERTURA DA SESSÃO: -----
 ----- Encontrando-se presente a totalidade dos membros da Assembleia, pelo respetivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 16:15horas. -----

REPRESENTAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, nos termos do nº 1 do art.º 48º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

FALTAS DADAS À SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO, E NÃO JUSTIFICADAS: -----

----- Não se registaram faltas. -----

JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS À SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO:

----- Não se registaram faltas. -----

1.- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

1.1. - ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº2 do artº 50 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, o Sr. Presidente da Mesa propôs o aditamento à ordem de trabalhos desta sessão do assunto a seguir indicado: -----

CONCURSO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ-BAR DA PRAIA FLUVIAL DA MINA DE SÃO DOMINGOS – PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea p) do nº 1 do art.º 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente o programa de concurso e caderno de encargos para concessão do direito de exploração do Café-Bar da Praia Fluvial da Mina de S. Domingos, aprovado em reunião do Executivo de 7 de dezembro corrente. -----

----- A Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade o aditamento proposto, passando a constar como ponto 2.18 da ordem de trabalhos, em substituição de “Merturis – aprovação de contas do processo de liquidação”, que não apresenta toda a documentação necessária. -----

1.2. - CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

----- O Snr. Presidente da Mesa deu conhecimento da correspondência entrada na Assembleia desde a última reunião até ao dia de ontem. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

1.3. - VOTOS DE CONGRATULAÇÃO: -----

----- O Snr. Presidente da Mesa, leu em voz alta um documento que apresentou em nome da Assembleia, cujo teor se transcreve e fica anexo à minuta desta ata. - -----

“40 ANOS DE PODER LOCAL DEMOCRÁTICO”

----- “Na passada segunda-feira, 12 de dezembro o Poder Local celebrou 40 anos de vida, fortalecendo a democracia que tínhamos adquirido em abril de 1974. -----

----- A ANMP e ANAFRE souberam juntar vontades e no passado dia 10, em Coimbra, festejaram esta data em conjunto, contando como seus convidados o Sr. Primeiro-Ministro na sessão de abertura e o Sr. Presidente da República no ato de encerramento. -----

----- O Poder Autárquico de Mértola fez-se representar naquele evento por mim, em nome da AM, pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Presidente da União de Freguesias de S. Miguel do Pinheiro, S. Pedro de Sólis e S. Sebastião dos Carros, em representação das Juntas de Freguesia do Concelho. -----

----- Todas as intervenções tiveram uma tônica em comum enaltecendo o poder local democrático, apontando para uma melhor cooperação para com o Governo, no caminho da descentralização e delegação de mais competências, que terão de ser sempre acompanhadas do respetivo envelope financeiro bem como o cumprimento do artigo 6º da Constituição, no que se refere á autonomia do poder local. -----

----- Na ocasião o Sr. Presidente da República lembrou a sua experiência autárquica durante 18 anos e anunciou o propósito de homenagear individual e

pessoalmente os Presidentes de Câmara, os Presidentes de Junta, assim como os Presidentes das Assembleias Municipais e de Freguesia, convidando-os a deslocarem-se a Belém, numa forma faseada, com início já a partir de 7 de janeiro. -----

----- Não obstante a Câmara Municipal de Mértola já ter levado a efeito uma homenagem ao Poder Local, de antes de depois do 25 de abril, com a publicação de um livro e fotografias dos Presidentes de Câmara e Assembleia desde 1910, em exposição no Salão Nobre do concelho, ficou também desde essa data, o compromisso do aprofundamento dessa homenagem aos autarcas do concelho, mas agora apenas no que se refere ao Poder Local Democrático, onde a nossa referência máxima continua a ser o saudoso Serrão Martins, eleito por voto secreto e livre do povo, na primeira votação democrática para Presidente da Comissão Administrativa e mais tarde como primeiro Presidente da Câmara deste concelho. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Mértola, interpretando o sentir dos autarcas do concelho, saúda e presta homenagem a todos os autarcas que, ao longo destes 40 anos, têm vindo a servir as suas populações no concelho de Mértola, nos órgãos para que foram eleitos - Assembleia Municipal, Câmara e Assembleias de Freguesia, propondo a todos que se associem a esta justa homenagem e saudação." -----

----- O Dr. Jorge Revez interveio no sentido de referir que ficou contente por ser reposta a lógicas das coisas, ou seja, o que foi feito anteriormente foi uma homenagem a alguns dos autarcas do concelho, e agora não, foi de facto feita uma homenagem a todos os autarcas. Desse ponto de vista tem muito mais lógica do que a feita anteriormente pela Câmara. Considera, no entanto, que a referência à outra empobrece a atual. -----

----- O Snr. Presidente da Mesa colocou de seguida o documento à votação, tendo a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberado aprovar o documento. -----

1.4. - VOTOS DE CONGRATULAÇÃO: -----

----- O Snr. Presidente da Mesa leu em voz alta um documento que apresentou em seu nome, cujo teor se transcreve e fica anexo à minuta desta ata. -----

"VOTO DE CONGRATULAÇÃO"

----- "Há muitos anos que vimos assistindo, por altura da época natalícia, a réplicas de presépios, quase sempre de iniciativa e executados por pessoas da nossa comunidade. Assim tem acontecido em Corte Gafo de Cima, nos Corvos, na Amendoeira da Serra e na Mina de S. Domingos, este da iniciativa da Associação Cultural Vidas do Garra. Também a Câmara, através dos seus serviços culturais, tem vindo a fazer pequenas réplicas à exceção deste ano em que, graças à criatividade da Guida Rosário e do Manuel Passinhas, temos na rotunda um presépio de grandes dimensões, com réplicas da cena dos Reis Magos junto da N. Sr^a, S. José e Menino Jesus. -----

----- Todos eles, seja qual for a respetiva autoria, vêm contando com o apoio logístico das Juntas de Freguesia e Câmara Municipal. -----

----- Mas este ano fomos ainda agradavelmente surpreendidos por um presépio criado em Moreanes, por um artesão que, segundo o mesmo confessou, resultou de um sonho que foi alimentado praticamente sozinho, a nível da conceção e execução, processo que já durou mais de um ano. Para o conseguir, para além de uma espantosa criatividade, usou materiais que reciclou tais como máquinas de lavar, micro-ondas, madeiras, centenas de sacas de papel, a que juntou pedras, gravilha, palha. Ficou noites sem dormir, gastou muito do seu fraco pecúlio e consumiu férias que poderia ter utilizado para descansar. -----

----- Mas conseguiu realizar o seu sonho e isso fez dele um homem mais feliz, porque vê a sua obra de arte ser visitada por muita gente e ser merecedora dos maiores elogios. Apesar de todo este êxito, continua o mesmo homem calmo, discreto, parecendo não valorizar aquilo que é motivo, não só de admiração e apreço, mas também de verdadeiro espanto para quantos visitam o local. -----

----- Como foi possível esconder dentro de si tanto talento, tanto conhecimento, durante todos estes anos que vem trabalhando, como pedreiro, na Câmara Municipal, sem que isso se tornasse notório?! – é a pergunta que todos colocam perante a obra agora criada. -----

----- Falamos de António Costa, o homem que concebeu este presépio fantástico e que todos deviam visitar, de preferência em silêncio, porque é a melhor forma de apreciar, devidamente, a sua grandiosidade.-----

----- Por tudo isto e face á grandiosidade da sua obra que me impressionou, profundamente, e não sendo possível recompensa-lo monetariamente, apesar de injusto, o que para ele parece não ser o mais importante, queria hoje e aqui nesta Assembleia Municipal, apresentar um voto de reconhecimento pelo excelente trabalho cultural que criou, numa perfeita e feliz combinação de valores ambientais, religiosos e culturais e que ao expô-lo, o colocou ao serviço do nosso concelho.”-----

----- O Snr. Presidente da Mesa colocou de seguida o voto de congratulação à votação, tendo a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberado aprovar o documento.-----

1.5. – MOÇÃO DE LOUVOR AO ARTISTA ANTÓNIO COSTA DE MOREANES E DE RECONHECIMENTO A TODAS AS ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELOS ARRANJOS NATALÍCIOS NO CONCELHO DE MÉRTOLA, APRESENTADA PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA CDU, NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016: -----

----- A D. Sebastiana Romana, leu em voz alta uma moção de louvor que apresentou em nome dos deputados municipais da CDU, cujo teor se transcreve e fica anexo à minuta desta ata. -----

“MOÇÃO DE LOUVOR AO ARTISTA ANTÓNIO COSTA DE MOREANES E DE RECONHECIMENTO A TODAS AS ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELOS ARRANJOS NATALÍCIOS NO CONCELHO DE MÉRTOLA, APRESENTADA PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA CDU, NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016” -----

----- “Queremos felicitar todas as instituições que contribuíram para os arranjos natalícios que se podem observar em diversos locais. -----

----- No entanto, destacamos aqui o excelente trabalho feito de forma solitária pelo artista plástico António Costa que está aberto ao público desde 8 de dezembro e ficará até 7 de janeiro. É um grande Presépio, na antiga escola primária de Moreanes que conta com cerca de vinte figuras em tamanho real, num espaço com mais de 80m². Para a sua construção contou com algum apoio da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Moreanes, da Junta de Freguesia de Santana de Cambas, do CAIM, da Câmara Municipal e de Germano Vaz (responsável voluntário pela divulgação elaborada), mas a conceção e execução foi tarefa individual.-----

----- Várias pessoas se têm deslocado ao local, tornando a povoação de Moreanes mais animada neste período. -----

----- Por se tratar de um autêntico cenário cinematográfico, em que todo o ambiente fascina e cria uma atmosfera de magia e encanto que nos transporta ao natal de Belém de forma original e porque a imaginação e a qualidade do trabalho o merecem, propomos uma moção de louvor ao António Costa pela sua competência, dedicação e disponibilidade.-----

----- Formulamos o nosso voto, mas colocamo-lo a votação para que possa ser de todos. -----

----- Pedimos que seja dada a conhecer ao artista António Costa para que saiba do reconhecimento público.” -----

----- O Snr. Presidente da Mesa colocou de seguida a moção de louvor à votação, tendo a Assembleia Municipal, por unanimidade, deliberado aprovar o documento.-----

1.6. - DIVISÃO DO PONTO 2.21. - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS COM RECURSO AO CRÉDITO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – CONSTRUÇÃO DO LAR DE S. MIGUEL DO PINHEIRO E CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS: -----

----- O Dr. Jorge Revez, sugeriu que o Ponto 2.21 – Autorização Prévia para a realização de investimentos com recurso ao crédito de médio e longo prazo, fosse dividido em dois pontos separadamente, ao que o Sr. Presidente da Câmara, respondeu que isso não será possível, tendo em conta que se trata de um procedimento único para as duas ações, tem mais vantagens do que separadamente. Acrescentou que qualquer alteração à proposta teria de ser devolvida à Câmara Municipal para proceder a essa alteração ao procedimento. -

2.- ORDEM DO DIA:-----

2.1. - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 30 DE SETEMBRO-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2, do artº 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente, para aprovação, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 30 de setembro. -----

----- A Assembleia Municipal por maioria deliberou aprová-la. Abstiveram-se a D. Cláudia Celestino e o Presidente da Junta de Freguesia de Corte do Pinto, por não terem estado presentes.-----

2.2. – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE FATURA DE LIMPEZA DE FOSSAS – CENTRO DE APOIO A IDOSOS DE MOREANES:

----- Nos termos e para efeitos do disposto no nº 2 do art.º 16º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, foi presente uma proposta do Executivo, aprovada em reunião de 2 de novembro passado, no sentido desta Assembleia isentar em 50%, o Centro de Apoio a Idosos de Moreanes, no pagamento de uma fatura de limpeza de fossas. -----

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprovar a proposta de isenção de pagamento da fatura de limpeza de fossas, em 50%.-----

2.3. - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O PRIVADO MUNICIPAL NA LOCALIDADE DE MOREANES – SANTANA DE CAMBAS – DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES DO CENTRO DE APOIO A IDOSOS DE MOREANES: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea q) do nº 1 do art.º 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente uma proposta do Executivo, aprovada em reunião de 16 de novembro corrente, no sentido deste Assembleia deliberar sobre a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, sita em Moreanes, com a área de 330 m2, confrontando de Norte com o Centro de Apoio a Idosos de Moreanes, a Sul com a Herdade da Abelheira e Nascente e Poente com Via Pública. -----

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprovar a proposta. -----

2.4. - PROCESSO DE AQUISIÇÃO Nº 30/2016 – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE FORNECIMENTO CONTINUO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO – ASSUNÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS – RATIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO DE 10 DE AGOSTO: -----

----- Foi presente o processo supra referido, em que em reunião de executivo de

16 de novembro foi deliberado enviar à Assembleia Municipal para ratificação de deliberação de 10 de agosto de Câmara Municipal de Mértola sobre encargos plurianuais. -----

----- Colocado à votação foi aprovada por unanimidade a ratificação da deliberação de 10 de agosto. -----

2.5. - APOIO AO COMÉRCIO LOCAL- CAMPANHA DE NATAL – NORMAS DA CAMPANHA: -----

----- Foram presentes, para aprovação, as normas da Campanha de Natal 2016, aprovadas pelo Executivo em reunião de 16 de novembro corrente. -----

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprovar as normas da campanha, com efeitos retroativos à data de 28 de novembro. -----

2.6. - APOIO AO COMÉRCIO LOCAL- CONCURSO DE MONTRAS DE NATAL – NORMAS DO CONCURSO: -----

----- Foram presentes, para aprovação, as normas do Concurso Montras de Natal 2015, aprovadas pelo Executivo em reunião de 16 de novembro corrente. -

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprovar as normas do concurso de montras, com efeitos retroativos à data de 28 de novembro. -----

2.7. - APOIO AO COMÉRCIO LOCAL- ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE PARQUÍMETROS NA ÉPOCA NATALÍCIA: -----

----- Foi presente uma proposta do Executivo, aprovada em reunião de 16 de novembro corrente, no sentido desta Assembleia isentar do pagamento de parquímetros na Vila de Mértola, no período compreendido entre 28 de novembro de 2016 e 5 de janeiro de 2017, depois das 16 horas, como medida adicional e como forma de fomentar as compras no comércio local. -----

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprovar isenção de parquímetros com efeitos retroativos à data de 28 de novembro. -----

2.8. - MAPA DE PESSOAL PARA 2017: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea o) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente uma proposta do Snr. Presidente da Câmara, datada de 29 de novembro corrente e aprovada pelo Executivo em reunião ordinária de 7 de dezembro, cujo teor se transcreve: -----

----- “Nos termos dos artigos 28.º e 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo em conta a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos traçados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros, os serviços devem planear, para cada exercício orçamental, as atividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver e o respetivo mapa de pessoal, contendo o número de postos de trabalho necessários ao desenvolvimento dessas atividades. -----

----- O mapa de pessoal deve acompanhar, anualmente, a proposta de orçamento, competindo à Assembleia Municipal, de conformidade com o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a respetiva aprovação. -----

----- Assim, considerando: -----

a) Os objetivos delineados pelo executivo municipal para o próximo ano tendo em conta as respetivas atribuições nos diversos domínios; -----

b) A vacatura de alguns postos de trabalho, motivada por morte, licenças sem remuneração e mobilidade de trabalhadores; -----

c) O ajustamento dos postos de trabalho em função das atividades a prosseguir e dos recursos existentes; -----

----- Propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal e subsequente submissão a deliberação da Assembleia Municipal do mapa de pessoal para 2017, que se anexa, e que contém os postos de trabalho considerados necessários e mais adequados ao desenvolvimento das atividades programadas, nos seguintes termos: -----

1-A criação de um posto de trabalho na categoria de técnico superior, na área de história, para integração no Serviço de Cultura, da Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, uma vez que este serviço não dispõe de recursos habilitados para o desenvolvimento de funções com um grau de complexidade funcional de nível superior. -----

2-A criação de um posto de trabalho de assistente operacional, para apoio geral à Divisão de Cultura, Desporto e Turismo, considerando a diversidade e dispersão de atividades que realiza. -----

3-A previsão de dois postos de trabalho de assistente operacional, na atividade de nadador-salvador, a recrutar em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a termo resolutivo certo, a fim de obviar o acréscimo de trabalho durante a época balnear. -----

4-A criação de um posto de trabalho de técnico superior, a recrutar em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a termo resolutivo certo, para integração no Núcleo de Educação e Desenvolvimento Social, caso se verifique a necessidade de colmatar a ausência de técnico superior em mobilidade. -----

5-A criação de mais dois postos de trabalho de assistente operacional, na área da ação educativa, a acrescer aos dois, cujo procedimento concursal já se encontra a decorrer, considerando que se prevê a necessidade de reforçar a equipa de pessoal auxiliar de apoio ao Núcleo de Educação e Desenvolvimento Social. -----

6-Mantém-se a previsão de recrutamento de um técnico superior, na área da economia ou gestão, a integrar no Serviço de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento, da Divisão de Administração e Finanças, uma vez que o mesmo não foi concretizado no corrente ano; e de um assistente operacional para o serviço de limpeza e manutenção das instalações municipais, uma vez que a localização dispersa das mesmas motiva a carência de recursos, sobretudo em situações de faltas e férias dos trabalhadores. -----

7-Por razões de economia e otimização de recursos, procedeu-se a pequenos ajustamentos nos postos de trabalho de alguns serviços, extinguindo-se alguns não ocupados e prevendo-se a ocupação de outros por recurso a mobilidade interna de trabalhadores do mapa de pessoal da autarquia. -----

8-Optou-se por colocar em coluna distinta do mapa os postos de trabalho não ocupados que se referem a cativações para, por um lado, prever eventuais regressos de licenças sem remuneração ou cessação de regimes de cedência de interesse público ou mobilidade em outras entidades e, por outro, evitar alguns equívocos relativamente aos que constituem novos postos de trabalho. -----

----- Desta forma, as verbas orçamentais a afetar a despesas com pessoal destinam-se a suportar os encargos: -----

a)Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções; -----

b)Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de novos postos de trabalho, previstos e não ocupados.” -----

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprovar a proposta do mapa de pessoal para 2017. -----

2.9. – BALANÇO SOCIAL DO MUNICÍPIO – RETIFICAÇÃO: -----

----- Foi presente a retificação ao relatório do balanço social do Município de Mértola referente ao ano 2015, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro, presente na anterior sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.10. - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea h) do nº 2 do art.º 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição, apresentado em reunião do Executivo de 16 de novembro. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.11. - LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – LEI N.º 8/2012 – COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS EM 2014 E 2015, ATUALIZADOS À DATA DE 30 DE SETEMBRO DE 2016 E COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS EM 2016: -----

----- Foram presentes, para conhecimento, os compromissos plurianuais assumidos em 2014 e 2015, atualizados à data de 30 de setembro de 2016 e compromissos plurianuais assumidos em 2016, na sequência da delegação de competências concedida pela Assembleia Municipal em sessão de 21 de novembro de 2013. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.12. - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PRETENDIDA PARA 2017 A ARRECADAR EM 2018 -----

----- Foi presente uma proposta do Executivo, aprovada em reunião de 2 de novembro passado, no sentido desta Assembleia aprovar a percentagem de 3,5% do IRS pretendida pelo Município de Mértola para 2018, de conformidade com o que se estabelece no nº 2 do art.º 26º da lei nº 73/2013, de 03 de setembro. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a percentagem de 3,5% do IRS pretendida pelo Município para 2018, conforme proposto pelo Executivo. -----

2.13. - QUARTA REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2016 ---

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1, do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente, para aprovação, a 4ª Revisão às Grandes Opções do Plano para 2016. -----

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprová-la. -----

2.14. – QUARTA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2016-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1, do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente, para aprovação, a 4ª Revisão ao Orçamento Municipal para 2016. -----

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprová-la. -----

2.15 – INFORMAÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO 1º SEMESTRE DE 2016 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 77º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro foi presente, para conhecimento, o parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a Informação Financeira Semestral do Município, presente a reunião do Executivo realizada no dia 7 de dezembro corrente. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

2.16. - INFORMAÇÃO FINANCEIRA REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2016 -----

----- Foi presente, para conhecimento, a Informação Financeira referente ao período de janeiro a setembro de 2016, presente a reunião do Executivo de 7 de dezembro corrente, do seguinte teor: -----

----- “Da análise da execução financeira do Município referente ao período de janeiro a setembro de 2016 é possível retirar as seguintes conclusões: -----

----- O município no período em análise arrecadou 10.954.539.29€ de receita, trata-se do valor mais elevados dos últimos 4 anos, sendo superior em cerca de 414.500€ ao valor cobrado no mesmo período do ano anterior. -----

----- O acréscimo na receita deveu-se por um lado ao aumento da receita corrente por via do incremento verificado nas transferências corrente proveniente do orçamento de estado, mas também por via do aumento nas rubricas da venda de bens e serviços correntes e das outras receitas correntes, e por outro lado devido também ao aumento da receita de capital, essencialmente por via das transferências provenientes de fundos comunitários (quadro VII). O encerramento do anterior quadro comunitário está finalmente à vista e com isso a concretização das transferências em falta vão surgindo. -----

----- Analisando a **Receita Corrente** cobrada, a mesma totalizou (8.936.075€) o que representa um acréscimo de cerca de 150.000€ comparativamente com o mesmo período do ano anterior, evidenciando-se como o valor mais elevado dos quatros anos em análise. Por sua vez a **Receita de Capital** com uma cobrança que se cifrou entre janeiro e dezembro nos (2.017.718,14€), regista um acréscimo acima dos 266.000€ comparativamente com o ano anterior, tendo também ultrapassado a fasquia dos 2.000.000€ o que só se tinha registado em 2013. -----

----- Em termos globais de destacar a boa execução em praticamente todas as rubricas da receita corrente, onde apenas a rubrica impostos diretos a rubrica rendimentos de propriedade registam um ligeiro decréscimo resultado das alterações introduzidas ao nível do IMI e também do atraso verificado nas transferências das rendas referentes às eólicas da corredoura. -----

----- Quanto à **Despesa Total**, no período de janeiro a setembro, o valor pago ascendeu aos 9.500.840,70€, inferior em cerca de 630.000€ ao valor pago no mesmo período de 2015. Este decréscimo na despesa verifica-se essencialmente do lado da despesa de capital, que se situou nos 2.814.566,02€, cerca de 800.000€ abaixo do valor verificado no mesmo período do ano anterior, atingindo em setembro uma execução global na ordem dos 30%. -----

----- Por sua vez a despesa corrente com uma execução global, de 70%, onde todas as rubricas se situam dentro dos valores estimados para o ano, não será por isso de esperar qualquer desvio desfavorável a esse nível. -----

----- Do lado da despesa de capital, os valores de execução relativamente ao ano anterior são inferiores, quer as despesas de investimento quer as transferências de capital, espera-se, contudo, que a execução no último trimestre possa contribuir de forma positiva, para uma execução mais favorável. (quadro VIII) -----

----- Em suma, a **Receita** registou no final do 3º trimestre de 2016 uma execução de 71,36%, sendo que a receita corrente atingiu no período em análise uma taxa de execução de 72,26% e a receita de capital de 67,62%, indicadores bastante otimistas que garantem uma execução final dentro da média dos últimos anos. -----

----- Do lado da **Despesa**, verificou-se uma execução ao nível da despesa total de 49,81%. Na despesa corrente uma execução de 61,75% um pouco abaixo da média dos últimos anos, o que é sempre um indicador positivo, e na despesa de capital com 34,13% execução relativamente inferior ao valor registado no mesmo período do ano anterior. -----

----- Relativamente às **Grandes Opções do Plano**, verificou-se uma execução de 27,67% no Plano Plurianual de Investimentos e de 49,84% nas Atividades mais relevantes. -----

----- No que diz respeito à **Dívida Total**, confirma-se a tendência de descida já registada nos períodos anteriores. O valor em dívida no final do período em análise foi de 2.904.527,7€ inferior em cerca de 390.000€ relativamente ao valor da dívida no final de 2015, que resulta essencialmente da diminuição do valor em dívida de empréstimos bancários. -----

----- No que respeita quer ao endividamento quer ao princípio do equilíbrio financeiro, o Município mantém margens muito consideráveis, em ambos os limites, impostos pela legislação atualmente em vigor.”-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.17. – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA FUNDAÇÃO SERRÃO MARTINS DO ANO DE 2015:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente para conhecimento, os documentos de prestação de contas da Fundação Serrão Martins do ano de 2015.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2.18. – CONCURSO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ-BAR DA PRAIA FLUVIAL DA MINA DE SÃO DOMINGOS – PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea p) do nº 1 do art.º 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente o programa de concurso e caderno de encargos para concessão do direito de exploração do Café-Bar da Praia Fluvial da Mina de S. Domingos, aprovado em reunião do Executivo de 7 de dezembro corrente.

----- A Assembleia Municipal por unanimidade deliberou aprovar o programa de concurso e o caderno de encargos.-----

2.19. - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2017:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a proposta de Orçamento Municipal para 2017, aprovada em reunião do Executivo realizada no dia 7 de dezembro corrente.

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com treze (13) votos a favor e nove (9) votos contra, aprovar o Orçamento do Município para 2017.-----

----- Votaram contra os eleitos da Bancada da CDU.-----

2.19. - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2017 - INTERVENÇÕES:-----

----- O Sr. Presidente começou por fazer uma apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017. Os documentos apresentados são muito ambiciosos, porque os dois últimos anos foram passados na expectativa dos fundos comunitários. Os anos de 2014, 2015 e parte de 2016 foram perdidos, e os investimentos foram de alguma forma sendo adiados por falta de financiamento para investir. A partir de meados deste ano houve uma maior abertura e uma perceção do atual governo, para a urgência dos fundos comunitários para dinamizar a economia, já se refletindo na ambição da autarquia, com a expectativa de conseguir fundos para as maiores obras. Tendo sido esta a estratégia definida para o mandato, e sendo este o último ano, pretende-se que a mesma seja cumprida. Mostrando-se disponível para prestar qualquer esclarecimento sobre dúvidas que venham a surgir.-----

-----Tomou a palavra o Dr. Jorge Revez que esperava uma apresentação mais detalhada sobre as opções estratégicas e não sobre os pormenores. Considerou que as opções da bancada da CDU são diferentes, classificou o orçamento de eleitoralista em que apenas estão dotadas algumas obras. Não compreende como é que num orçamento de 22 milhões de euros, apenas 8 milhões estão cabimentados, notando perfeitamente que se trata de um orçamento eleitoralista e com o qual não concordam. As prioridades dos eleitos CDU são aquelas que foram apresentadas pelos vereadores ao executivo.-----

----- O Presidente da mesa perguntou sobre quais as propostas apresentadas pela CDU, tendo o Dr. Jorge Revez respondido que se referia às propostas dos vereadores da CDU e questionou como é que o Presidente da AM desconhece as

propostas da CDU. O Presidente da AM respondeu que sabe quais são as propostas apresentadas pelos vereadores da CDU. -----

----- Tomou a palavra a D. Sebastiana para perguntar porque a área do desenvolvimento económico não tem verbas definidas, está a zeros. -----

----- O Presidente da Câmara disse que os documentos de enquadramento apresentados refletem as opções estratégicas, que na área do desenvolvimento económico social e cultural as ações vêm de anos anteriores e projetam-se para anos seguintes, que os serviços aos municípios estão refletidos no documento, que na reunião com os vereadores da CDU prévia à apresentação da proposta foram apresentadas por estes, 3 medidas - A medida de apoio aos melhoramentos habitacionais, apresentava apenas a diferença nos montantes, que na prática não existe porque a rubrica de apoio aos melhoramentos habitacionais para carenciados tem sido reforçada até aos montantes necessários ao longo dos anos. A outra medida Investe Jovem com uma verba indefinida de 100.000 euros ficou contemplada em Plano e foi pedida colaboração na sua preparação aos vereadores da CDU a que foi respondido que não aceitavam a integração de apenas uma medida e queriam que fossem as três. A terceira medida, de apoio às IPSS's propunha aumentar os apoios a estas entidades que na prática já existe e que conta com várias medidas de apoio. As medidas propostas estão consideradas nas GOP e depois os vereadores da CDU votaram contra, tal como em anos anteriores. Relativamente ao Desenvolvimento Económico estão identificadas as intenções, o Lar não estando no programa de Desenvolvimento Económico é uma obra essencial ao desenvolvimento económico e social, que quando for aprovada a conta de gerência o saldo será para reforçar as rubricas que não têm as verbas definidas, tal como as verbas resultantes de financiamentos aprovados e que ainda falta receber. Relativamente ao "orçamento eleitoralista" disse que as ações e projetos podem ser executados à medida que forem recebidos os financiamentos e o saldo da gerência aprovado e porque no período de 2017 a 2020 a capacidade de investimento sai reforçada com os fundos comunitários. Em retificação refere que o orçamento não é de 22 milhões, é de 14,7 milhões, e que o que está em "não definido", passará a definido depois da incorporação do saldo que transitará para 2017. -----

----- O Dr. Jorge Revez disse estar de acordo com a questão dos fundos estarem atrasados, mas o problema de fundo é que os eleitos do PS não aceitam sugestões, não aceitam as propostas da CDU e dizem que estão refletidas nas GOP. Reafirma que não têm a mesma visão, que não se discute as razões da perda de população, a falta de transparência refletida nos indicadores, que não se discutem os grandes temas porque não há discussão, dando o exemplo da revisão ao Plano de Urbanização de Mértola. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para abordar que os grandes projetos, designadamente o Lar e o Pavilhão, são exemplo da aposta no desenvolvimento económico e social com a criação de emprego em áreas importantes para o Concelho, lembrou a política social da Câmara nos últimos anos e concordou que as propostas dos vereadores da CDU estão contempladas nas GOP e estão em marcha nos programas sociais de apoio aos carenciados e ao emprego. Seguiu-se uma troca de palavras entre o Presidente da AM e o Dr. Jorge Revez a propósito do seminário sobre os impactos das alterações climáticas que teve lugar no final de novembro em Mértola e que foi organizado pela Câmara e amplamente participado por especialistas das entidades com intervenção no concelho. -----

----- Tomou a palavra a D. Maria do Céu Alinho para lamentar a forma com se discute. "Somos poucos, queremos o melhor para a população e não

conseguimos entender-nos” e deu o exemplo da geringonça nacional que funciona e que “aqui estamos meia dúzia e não anda”.-----

-----O dr. Virgílio Lopes disse que “ao fim de 40 anos de democracia e ainda não aprendemos a respeitar as opiniões uns dos outros”, que da discussão sai a luz e que é importante saber falar e saber ouvir sem pressas, que para haver diálogo é preciso um ambiente propício, não se trata de conversa de café. -----

----- O Presidente da Assembleia disse que nesta casa tem havido sempre respeito, que cada um emite a opinião e não invalida que sejam opiniões diferentes, que se deve discutir como forma de encontrar soluções e de acrescentar algo. -----

----- O Dr. Jorge Revez referiu a página do boletim dos vereadores da oposição e o relatório do direito de oposição, para criticar o Presidente da Assembleia que não ouve as opiniões e ao longo dos 4 anos está sempre a defender a Câmara, referiu o fraco índice de transparência, último lugar do Alentejo e questionou o Presidente da AM porque não se discute as estratégias de combate às alterações climáticas ou os indicadores de transparência. -----

----- A D. Sebastiana disse que era preciso cuidado com as inferências feitas sobre algumas verbalizações que não correspondem aos pensamentos colocados nas palavras que dizemos, em vez de se perguntar para clarificar, já que alguns problemas se devem a interpretações erradas da comunicação. Seria importante estudar as coisas em conjunto, que o processo ficaria mais rico. Não há essa abertura, somos poucos e todos com medo de ser o “soldado João”. É preciso mais humildade de ambas as partes. -----

----- Tomou a palavra a Dr.^a Isabel Valente para referir a discussão na sessão anterior sobre o balanço social, sobre os números apresentados sobre os doutorados e que veio agora retificado. Considera que ter 2 doutorados nos quadros da Câmara a dignifica e que lamenta a falta de rigor no documento. ----

----- Tomou a palavra a D. Mariana Costa que subscreve a intervenção da D. Maria do Céu, que da discussão nasce o consenso, que estamos cansados do recurso ao passado, que somos diferentes e que temos divergências, que as propostas da CDU deveriam ser melhor enquadradas e que a geringonça só funciona quando precisam uns dos outros, que aqui como há maioria absoluta não é preciso gerar consensos e que ainda não chegámos a essa elevação política no diálogo. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da AM para desafiar os presentes a provar que alguma vez houve discriminação dos eleitos neste órgão, que não obriga a ter alguma opinião, que tem tido sempre tratamento igual tanto nas reuniões de trabalho quer nas sessões da assembleia, o que foi confirmado pela D. Sebastiana que tem participado em grupos de trabalho da assembleia. -----

----- O Presidente da Câmara respondeu ao Dr. Jorge Revez para reiterar que as medidas propostas pela CDU estão contempladas e que espera que a Medida Investe Jovem venha a ser trabalhada pelos vereadores da CDU, que o apoio da Assembleia por unanimidade seria mais confortável, que apelou ao consenso, que mantém a expectativa do voto de confiança, mas tal não tem sido possível, que a maior parte dos processos discutidos no órgão câmara são aprovados por unanimidade, mas que tal não acontece com as GOP. Relativamente ao índice de transparência referiu que esta posição era referente ao ano de 2015, já anteriormente falado, e que no ano de 2016 a posição irá ser muito melhor, pois foi feito um esforço para corrigir a informação disponível e que no próximo ano quando for feita a avaliação a situação esteja alterada. Relativamente aos indicadores financeiros, em que o município se encontra entre os melhores, tal não foi referido pelo Dr. Jorge Revez. Sobre a questão do balanço social disse

que os dados dos funcionários têm de estar nos dossiers respetivos confirmados para serem publicados, o que não acontecia. -----
Sobre a crítica à forma como decorre esta assembleia disse que é das melhores e que sugere aos eleitos que assistam a outras sessões para comparar, pois tem assistido a outras e acha que deviam estar gratos à forma como estas são conduzidas.

----- Os eleitos da CDU leram então a sua declaração de voto: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA CDU

As GOP de um Município são um documento estruturado com capacidade de criar impacto junto da opinião pública porque, de facto, as opções que se definem são a visibilidade de um executivo. Por isso, neste pouco tempo que falta para terminar o mandato, aparecem opções apelativas, mas com ausência de preocupação pelo desenvolvimento deste território cada vez mais desabitado. Este documento revela uma tendência fortemente eleitoralista, facto com que não podemos concordar. -----

Verificamos que, dos 21 588 624 euros do "Financiamento Total" só pouco mais de um terço corresponde a "Financiamento Definido". E assim sendo, tal pode significar que grande parte das ações constantes no Plano, não serão concretizadas a curto ou médio prazo, o que prova igualmente o pendor eleitoralista deste documento. -----

Apresentam zero euros de "Financiamento Definido" para 2017 diversas opções apresentadas no Plano como são exemplos: -----

- Museu da Biodiversidade do Baixo Guadiana; -----
- Recuperação do Cine- Teatro da Mina de S. Domingos; -----
- Arruamentos de S. Pedro de Sólis; -----
- Arruamentos de Alcaria Ruiva; -----
- Saneamentos Básicos de: Alcaria Longa, Alves e Picoitos. -----

As GOP, no nosso entender, não expressam de uma forma correta as prioridades que a situação económica do concelho de Mértola carece. Continua a estar adiada a obra de alargamento e repavimentação da estrada municipal Fernandes-Alves-Picoitos, bem como a estrada Pomarão/Cruzamento - Moreanes que tem uma importância muito significativa e se encontra degradada, a colocação de asfalto na estrada Monte Negas- Casa Nova/ Fialho - S. Pedro de Sólis entre outras obras e ações bem mais prioritárias para o concelho. -----

Na área do desenvolvimento económico, verifica-se uma previsão de zero euros em "Verba Definida". -----

Registamos com agrado o avanço da obra do Lar das Cinco Freguesias, no entanto lamentamos o atraso com que aparece, e salientamos que já deu origem a uma perda de milhares de euros num projeto desaproveitado e mais 1 500 000 euros que o Estado Português disponibilizou em devido tempo e que a Câmara de Mértola não conseguiu utilizar. Por isso, esta obra tem de ser feita com recurso a um empréstimo bancário, situação que poderia ter sido evitada se a Câmara tivesse atuado em devido tempo e quando tinha verba disponibilizada pelo Estado. -----

Há ainda muitas atividades de cariz recreativo e lúdico, envolvendo montantes elevados como se fossemos habitantes de um país rico, em detrimento de um conjunto de ações (atrás referidas), que deveriam ser prioritárias por se tratar de melhorias efectivas no nosso território. -----

Também porque a CDU, em devido tempo, apresentou uma proposta de desenvolvimento económico, feita pelos vereadores, devidamente fundamentada a nível técnico e financeiro e foi completamente secundarizada, o que significa

uma diferença de filosofia de desenvolvimento e nos separa nestas GOP. Recordamos que essas propostas, apresentadas, incluíam intervenções de dinamização social e económica do concelho de Mértola, com vantagens no plano demográfico. -----

Por outro lado, a construção de duas infraestruturas, com recursos a empréstimos no último ano de mandato é puramente eleitoralista. Se era para pedir empréstimo, então que se tivessem feito em anos anteriores. E se, para o lar, podemos considerar alguma ponderação, mesmo sendo no último ano, para o centro multiusos é claramente desadequado um empréstimo para a obra, sobretudo se considerarmos o elevado endividamento em que a Câmara ficará para os próximos vinte anos. -----

Por tudo isto, sumariamente definido, votamos contra as "As Grandes Opções do Plano para 2017". -----

Os deputados municipais da CDU. -----

-----Depois de lida a declaração de voto disse o Presidente da Câmara que se houvesse vontade de obter esclarecimentos poderia ter respondido uma a uma as questões da declaração de voto, pois todas têm justificação. Se quiserem mais tarde pode esclarecer quem o pretenda, independentemente do voto contra. ----

2.20. – GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2017 E ANOS SEGUINTE: -----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a proposta de Grandes Opções do Plano para 2017 e anos seguintes, aprovada em reunião do Executivo realizada no dia 7 de dezembro corrente.

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com treze (13) votos a favor e nove (9) votos contra, aprovar Orçamento do Município para 2017. -----

----- Votaram contra os eleitos da Bancada da CDU. -----

2.21. – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS COM RECURSO AO CRÉDITO DE MÉDIO E LONGO PRAZO – Nº2, DO ARTIGO 51º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO – CONSTRUÇÃO DO LAR DE S. MIGUEL DO PINHEIRO E CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO MULTIUSOS:-----

----- Nos termos e para efeitos do disposto na alínea f) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a proposta para autorização prévia para a realização de investimentos com recurso ao crédito de médio e longo prazo - construção do Lar de S. Miguel do Pinheiro e construção do Pavilhão Multiusos, aprovada em reunião do Executivo realizada no dia 7 de dezembro corrente. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com treze (13) votos a favor e nove (9) abstenções, aprovar a proposta. -----

----- Abstiveram-se os eleitos da Bancada da CDU. -----

----- O Dr. Jorge Revez disse que se a votação fosse separada a bancada da CDU teria votado favoravelmente a proposta relativa ao Lar e que o do Pavilhão, por não ser prioritário não teriam votado favoravelmente, que não estão contra a obra do Pavilhão, o que estão é contra a contratação do empréstimo para o Pavilhão.

3.- FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DA CÂMARA:-----

----- Elaborada nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a Informação do Snr. Presidente da Câmara Municipal, de que um exemplar fica anexo à minuta desta ata. -----

----- O Dr. Virgílio Lopes questionou o fecho dos núcleos museológicos nos últimos tempos, que a contratação de mais pessoas poderia ajudar a resolver

este problema, questionou ainda o ponto de situação da candidatura de Mértola a património da humanidade e sobre a discussão pública da revisão ao Plano de urbanização de Mértola, disse que teve conhecimento da sessão pública 2 horas antes do evento, que a consulta ao site não é fácil e sugeriu que fosse feito algo para promover a discussão do documento que nos vai condicionar nos próximos tempos.

----- O Sr. Mário Eugénio perguntou sobre a eletrificação rural das explorações agrícolas e de alguns montes, que soube que a Câmara está a fazer diligências. Perguntou ainda sobre a falta de água na Escola do Ledo, dado que nada foi feito desde a última sessão.-----

----- A Dr.^a Isabel Valente perguntou se os técnicos municipais deram parecer positivo sobre a construção do Pavilhão Multiusos, em concreto sobre a construção naquele sítio onde passa uma linha de água.-----

----- O sr. Joaquim Cardeira perguntou o motivo do encerramento do Centro Comunitário da Corte Pinto.-----

----- O Presidente da Câmara disse que os museus e o centro comunitário têm estado fechados por falta de pessoal, que saíram algumas pessoas e que não foi possível substituir, que está aberto o concurso para admissão de novos funcionários, que a chefia e o vereador têm se esforçado para que não se sinta tanto a falta de pessoal, que foi criado um lugar no quadro para o centro da Corte do Pinto. Sobre a candidatura de Mértola a património da humanidade que é preciso uma participação mais efetiva de todos, que pediu reunião à ERT-AR e tem intenção de ter alguém a tempo inteiro para ajudar na candidatura. Relativamente ao Plano de urbanização disse que a programação da sessão foi alterada e que a convocatória saiu com pouca antecedência, que está a ser trabalhado há demasiado tempo, que está em discussão pública e que quem estiver interessado pode agendar com o chefe da divisão para analisar as peças em conjunto. Sobre a eletrificação rural disse já tinha informado em sessão anterior, que uma Secretária de Estado e de um Ministério se interessaram em ajudar nos últimos meses e que a EDP já aceitou financiar em 85%, que a autarquia e os beneficiários vão suportar o restante 15%, sendo a maior parte suportado pela autarquia, que as obras vão começar nos próximos tempos. Sobre o Ledo disse que foi informado que o troço tinha sido reparado.-----

----- Continuando, o Presidente da Câmara disse que para a construção do Pavilhão foi tido em conta o sítio mais acessível, propriedade municipal, localização mais afastada por causa do ruído, que foi visto com os técnicos e eleitos e não tem conhecimento de alguma opinião dos técnicos em contrário. Acrescentou que foi necessário ajustar a solução com a direção regional de cultura, por causa do impacto sobre o castelo e foi necessário baixar o pé direito.

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

----- Presentes na sala 2 munícipes que tomaram a palavra, o Sr. Manuel Mourão Soares para se congratular pelo presépio da Moreanes sobretudo pelo reconhecimento dos eleitos, pelo facto de já ser do conhecimento destes o magnifico presépio do sr. António Costa. O Dr. Paulo Ruas felicitou os presentes pelos projetos estruturantes aprovados pela Assembleia e fez a sugestão de disponibilizar mais lugares afastados das bancadas dos eleitos para que os munícipes possam assistir às sessões.-----

----- O Sr. Presidente da mesa da Assembleia desejou a todos umas Boas Festas, e o sr. Presidente da Câmara reiterou os Votos de Boas Festas, e informou que a Câmara disponibiliza para todos um cabaz com produtos tradicionais, e que à saída poderá ser levantado, dado que muitos não vão à Festa de Natal da Autarquia.-----

5.- APROVAÇÃO DA ATA:-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou, nos termos e para efeitos do disposto no nº 3 do artº 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a ata fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração. -----

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da ata em minuta que depois de colocada a votação foi aprovada por unanimidade. -----

6.- ENCERRAMENTO: -----

O Snr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 18:40 horas. -----

E eu
Municipal, a redigi, subscrevo e assino.

, Assistente Técnica da Câmara